



CAPÍTULO IX

ORGANIZAÇÃO MILITAR

Vários são os autores ⁽⁷⁴⁾⁽⁷⁷⁾⁽¹⁰⁹⁾⁽¹²⁸⁾⁽¹³⁷⁾ que apresentam relações contendo os nomes dos regimentos, *mabuto* (pl.), que compunham o exército do Império de Gaza. Liesegang ⁽⁹²⁾ exhibe um quadro comparativo, donde se verifica haver relativa concordância, quadro que permite inferir a possível criação de 25 a 30 regimentos.

A. A. Jaques ⁽⁷⁴⁾ apresenta a mais completa relação nominal dos diversos regimentos, com a vantagem de os dividir pelos três reinados.

Assim, no reinado de Sochangana — Manucusse teriam sido formados os seguintes :

- 1 — Magumanga
- 2 — Ngamhlope
- 3 — Inyamendlovu
- 4 — Induku
- 5 — Zicha
- 6 — Timpakamela
- 7 — Mahwahwa
- 8 — Izibangwa Magolobovu
- 9 — Mamboza Nkomu
- 10 — Izimbavumani = Mahavekabuku
- 11 — Zingama = Mahohoza
- 12 — Intambangadyaya
- 13 — Insuka

Esta relação apenas em parte é confirmada pelos restantes autores como a seguir se constata :

Aires d'Ornellas — (7) (8) (9) (10) (12)

H. Ph. Junod — (4) (5) (6) (7) (8) (9)

Toscano — (3) (4) (5) (6) (7) (8) (9) (10) (12)

W. Mhlanga — (5) (7) (8) (9) (11)

O segundo indica os nomes de mais quatro regimentos que não são referidos por A. A. Jaques :

Psigi

Maq'anq'ula (Toscano escreve «Goncuia»)

Magwanbetshe

Mazulu

Já o terceiro autor fornece a indicação interessante do regimento «Manguemba» ter sido formado em 1870, o que confirma a cronologia.

Mesmo levando em consideração que os difíceis e instáveis anos iniciais da invasão não seriam de molde a proporcionar as condições requeridas, podemos aventar a hipótese de, durante o primeiro reinado, oscilara de dois a três anos o tempo que mediava entre a formação de cada regimento.

Quanto ao reinado de Muzila, fornece A. A. Jaques a seguinte relação, confirmada pelos outros autores :

14 — Tingwenya

15 — Mahohôza

16 — Mazwithi

17 — Mangemba — Zwide

18 — Maphepha — Inonimhlope

19 — Izimbavumani

20 — Mangonde

No tempo deste monarca parece, por conseguinte, que entre cada formação mediou o espaço de três a quatro anos, o que está mais de harmonia com a prática seguida pelos restantes grupos vangunes.

Finalmente, ainda segundo A. A. Jaques, no reinado de Gungunhane, teriam sido constituídos os seguintes regimentos :

21 — Tizambo

22 — Malamba

23 — Tinzambana

- 24 — Mangomezulu
- 25 — Izimbangayiya
- 26 — Mayandankosi
- 27 — Zayambo

Esta relação, largamente confirmada pelos quatro autores já citados, permite inferir que o último *inkosi* reduziu para 1 a 2 anos o intervalo de tempo entre a formação de cada regimento.

Parece, pois, que no Império de Gaza esse intervalo era menor do que nas restantes nações dominadas pelos vangunes, o que pode explicar pelo mais vasto potencial humano (que devia exceder o milhão de indivíduos) e pelas maiores necessidades militares exigidas pelo domínio de uma superfície tão considerável como é a compreendida entre os rios Incomáti e Zambeze.

Pouco claras são as relações existentes entre a divisão administrativa, a organização militar e as diversas classes de idade.

Dado o primitivismo dos meios de comunicação, parece-nos dificilmente praticável que os monarcas conseguissem concentrar, tão frequentemente, na sua longínqua capital, milhares de jovens de idade semelhante provenientes de todos os cantos do império. Seria a decisão de formar um novo regimento tomada na assembleia dos varões que se realizava após a grande cerimónia anual, *nkuaya*, recebendo cada governador de distrito e cada *induna* das povoações reais onde viviam as rainhas-viúvas ou as células de rainhas-esposas, delegação para realizar oportunamente os rituais de formação e baptismo do batalhão recrutado na sua área, para fazer parte desse regimento?

Ou face à extensão e heterogeneidade étnica do império, o monarca e os seus conselheiros preferissem que cada batalhão fosse recrutado, na sua totalidade, dentro de determinada área administrativa, ficando sob o comando do respectivo governador ou comandante?

A informação prestada por Paiva de Andrada ⁽⁵⁾ de ter assistido em 1885, no actual distrito de Vila Pery, à formação do regimento «Inonimthope», determinada por Gungunhane, pode, juntamente com outras, servir de base à hipótese que aventamos de o Império de Gaza ter adoptado uma organização militar semelhante à dos Ndebeles, isto é, em que os regimentos se não extinguissem à medida que fossem falecendo os seus guerreiros. As vagas eram preenchidas por meio de convocações efectuadas de harmonia com as necessidades. Cada batalhão seria, por conseguinte, constituído por guerreiros de idade semelhante, recrutados na mesma região, com os respectivos quadros constituídos, talvez, pelos vete-

ranos do mesmo regimento. Só assim se compreende que Gungunhane tenha em 1895 lançado na ofensiva contra os Chopes regimentos que segundo todas as probabilidades, foram criados nos meados do século como o «Izibangwa», o «Izimbavumani» e o «Intanmbangadyaya». A menção feita por Mouzinho de Albuquerque (^{2A}) dos regimentos que lutaram em Chaimite, também permite extrair idêntica ilação. Na verdade, constam dela o «Mahohoza», o «Manguemba» (formado em 1870), o «Maphepha» e o «Mangonde», último formado por Muzila. Também eram do tempo deste monarca os dois regimentos, «Izimbavumani» e «Inonimhlope» que o atónito Ayres d'Ornellas (¹²⁷) viu em 1895, na corte de Gungunhane manobrar com precisão e cantar com majestade.

Há outras indicações que nos levam a crer que teria sido aquele o sistema preferido.

Por exemplo, Caldas Xavier (¹⁷⁴) afirma que os «landins» de Inhambane designavam os «vátuas» e os «ma-changanes» pelos nomes dados às diversas «colunas»: *nhammabozes* (isto é, regim. Mamboza), *mabzites* (isto é, regim. Mazuithi) e *zinhones* (isto é, regim. *Inoni-Mhlope*). Sugestiva é também a sua indicação de os guerreiros jovens serem mais favoráveis aos vangunes porque, nas incursões que efectuavam, chacinavam os homens e capturavam mulheres, servidores e gado (¹⁷⁴). O Dr. Lienme (⁹⁰) formula também uma observação que permite inferir ser cada regimento formado por diversos batalhões, *tanga*, cada qual agrupando guerreiros de idade semelhante. Esta base etária e étnica (ou pelo menos regional de cada batalhão também se deduz das observações de Paiva de Andrada em 1885 segundo as quais o regimento «Inoni-Mhlope» (designado pelos militares portugueses por Zinhone-Muchope) foi constituído não por Chopes leais aos monarcas vangunes, mas por jovens *va-ndaus*. A Cabral (²⁵) também opina que cada região tinha a sua «manga». Sabemos outrossim, que os tios e outros membros da família real que governavam os distritos eram simultaneamente comandantes de regimentos *tinduna va mabuto* (Machamene, Queto, Inguiza, Guijá, etc.). Sobre esta relação existente entre a divisão administrativa e o sistema regimental é útil referir a informação (^{27A}) de que «durante a ocupação dos Vangones se formaram grandes aldeias chefiadas pelos «madodas» importantes do império que em volta de si mantinham grande número de guerreiros e suas famílias. Estas aldeias eram uma espécie de quartéis das «impis». São lembrados ainda hoje aldeias desses chefes guerreiros em Machanzenze, Chiguidele, Chiduachine, Chai-Chai, Guijá, Mulanga e outras».

Assim quando Teixeira Botelho (¹⁷) esclarece que em caso de guerra Gungunhane mandava mobilizar os regimentos que «viviam mais próximo

do inimigo a combater», pretende decerto fazer referência aos batalhões. Na verdade afirma que o regimento «Paphepa» (cujo outro nome era «Inoni-Mhlope») seria formado por homens da tribo macuáqua», isto é, do actual distrito de Inhambane, quando é certo que Paiva de Andrada assistiu em 1885, no Mossurize, à convocação de recrutas vandaus para este regimento.

O exército, na sua máxima força, seria constituído por uns 40 000 homens. É este, segundo o Dr. Liengme, o número de guerreiros mantidos por Gungunhane em estado de mobilização, nas cercanias da sua capital, de fins de 1894 a Outubro de 1895. Por seu lado Erskine, em 1872, estimou em 30 000 homens o grosso do exército de Muzila, concentrado nas cercanias da sua capital, nos Montes Selinda. Cada regimento teria, por conseguinte, o efectivo de 1300 a 1600 homens.

Do mesmo modo que entre os restantes grupos dirigidos pelos vanges, despendia do valor pessoal do guerreiro — e não da nobreza de sangue — à sua ascensão na hierarquia militar. O caso mais flagrante foi, certamente, o de Maguiguana, kossa de Magude que atingiu a posição de comandante-em-chefe, *Induna Mukulo Wa Impi*.

*

Antes de partir em campanha, o exército reunia-se em Mandlakazi para receber ordens e ser aspergido com um medicamento-mágico destinado a dar a cada guerreiro força e coragem. Os chefes eram aspergidos separadamente, no centro do grande círculo. Depois do monarca, dar a conhecer, em termos gerais, as suas ordens, cada regimento era chamado pelo seu nome e, entoando o canto de guerra, desfilava em círculo. O monarca aproveitava a ocasião para transmitir aos chefes as suas instruções especiais. O missionário suíço assistiu à cerimónia em que foi ritualmente ministrada a magia de guerra, *mbengululo*, ao exército de 40 000 homens que esteve mobilizado em Mandlakazi de fins de 1894 a Outubro de 1895. Para o efeito, Gungunhane coadjuvou o seu próprio mágico por um outro, famoso, vindo propositadamente do Norte do Transvaal. Os homens formavam dentro da *chibandla* um círculo imenso e entoavam impressionantes canções de guerra. O monarca e os seus conselheiros envergavam trajes e ornamentos militares. Doze touros foram introduzidos no círculo. Grupos de jovens guerreiros precipitaram-se sobre os animais e, sempre cantando, arrastaram-nos perante o monarca e, antes de

procederem ao seu abate, cortaram-lhes uma perna direita para entrar na composição da medicina de guerra. Esta, contida em grandes vasilhas de argila, começou finalmente a ser distribuída. Os regimentos, devidamente formados, dirigiram-se então para a planície vizinha onde num grande tanque preparado pelos servos chopes, beberam alguns golos de outro medicamento que logo vomitaram. Regressados à capital ainda aspiravam, sob a forma de fumo, um outro pó-mágico que ardia num caco de vasilha. As danças guerreiras recomeçaram com redobrado entusiasmo. Gungunhane para empregar as energias dos guerreiros mais inflamados que, em altos brados, lhe pediam inimigos a combater, parece ter-lhes ordenado que fossem, desarmados, apoderar-se dum leão ou leopardo, o que cumpriram.

Deveras interessante é o relato, parece que ocular, que Diocleciano das Neves ⁽¹¹⁸⁾ fez da grande cerimónia de purificação do exército realizada por Muzila, junto de Lourenço Marques, depois de ter vencido uma das batalhas que travou com seu irmão e rival.

Quando acabou de enterrar os seus mortos, o exército acampou durante três dias. Os heróis que haviam abatido inimigos estavam proibidos de fazer uso da mão direita devido ao estado de conspurcação em que se encontravam.

Chegou, enfim, Muzila na companhia do seu aliado Magude e dos grandes da sua corte. O exército rodeou-o, em círculo, entoando canções de guerra e soltando gritos e brados formidandos. Os heróis — e só esses podiam fazer — saíram das fileiras e dançaram diante do *inkosi*. Os que maior número de vítimas haviam feito, aproximaram-se dançando entre nuvens de poeira, partiram em pedaços a zagaia que empunhavam e lançaram-nos aos pés do monarca, para significarem que estavam dispostos a dar por ele a sua vida.

Ergueu-se então o principal *induna* e, a um sinal seu, fez-se austero silêncio e todos se sentaram. Dez bovinos foram introduzidos no círculo e o próprio Muzila logo abateu um deles com uma azagaiada fulminante dirigida ao coração. Todos os presentes gritaram a saudação real, o famoso *bayete*. Mortos os restantes bovinos por homens que não haviam participado no combate, iniciou-se logo a sua esfolagem.

Entretanto foram depostos aos pés do Muzila os grandes cântaros onde se haviam cozido as punções mágicas. Este, depois de escolher alguns dos vegetais que trazia pendurados no colar, raspou deles aparas que caíram num pequeno pote. Tirou então o tradicional saiote de peles e ficou inteiramente nu, embora conservando o estojo peniano. Dele se aproximou

o *nganga* real, com um pratinho de madeira contendo uma infusão mágica de extraordinária potência, com que aspergiu o peito do monarca.

Muzila lançou então em cada um dos cântaros uma pitada do seu medicamento e misturou-a nas ferveduras. Seguido dos rapazes que os transportavam iniciou a aspersão dos guerreiros por meio das raízes que retirava dos recipientes e que lançava ao chão depois de utilizadas.

Concluída a purificação ritual, todos soltavam um vigoroso e unísono *bayete*. Lançaram-se então sobre as rezes que cortaram, assaram e devoraram em menos de quarenta minutos.

*

A confecção do traje de guerra, ou melhor de gala, revestia-se de certa complexidade. A cabeça era ornamentada com penas de avestruz e de outras aves, fixadas num gorro de pele macia, *chintlontlo*, sendo de admitir que cores diferentes fossem usadas para distinguir a casta, o regimento, a patente militar ou a hierarquia social. Sabemos por Paiva de Andrada (5) que o regimento «*nhonhe muthope*» (pássaros brancos) a cuja formação assistiu em 1885 usava escudos, penas e peles brancas.

À volta do pescoço envergavam-se colares de díspare confecção e não raro de significação mágica: crinas, missangas, simples tiras de pele ou — parece que apenas para a aristocracia — ossículos de bovino. O saiote, *mandlovo*, era formado por um conjunto de peles e caudas decorativas de pequenos animais. Os biceps e as pernas guarneciam-se com feixes de crinas brancas obtidas pela dissecação de caudas de bovinos.

O armamento, quando completo, consistia num escudo oval, *chitlango*, de pele de bovino, onde, em cada lado da linha média, se abriam fendas quadrangulares que permitiam a fixação de tiras de cor diferente. Essas tiras formavam, no lado interior, a bainha entrecortada da vara-eixo que tornava a dura pele giratória de modo a desviar as lanças que nela embatiam. O escudo era sustentado no braço esquerdo, juntamente com as lanças de arremesso e a lança *muhlo* de cabo curto e lâmina larga e comprida, reservada para a luta corpo a corpo. Na mão direita era ordinariamente empunhada uma moca ou uma machadinha de lâmina triangular, ambas podendo servir simultaneamente como armas de esgrima e arremesso. À cinta também era costume trazer uma faca, *chiqua*.

Claro que a maioria dos guerreiros, sobretudo os de origem autóctone, não dispunha de todas as peças do traje ou do armamento.

Não admira que Erskine ⁽⁴⁸⁾ haja dito a propósito dos regimentos que teve a oportunidade de observar:

«Vestiam-se alguns com penas, pele e caudas; mas a maioria dispunha apenas de pedaços de pele de cabra... Um exército entre os nossos Zulos é um espectáculo impressionante; mas estes seus parentes degenerados fazem triste figura nos seus trajes de guerra.»

Recorde-se, no entanto, quão incómodo e até prejudicial à eficiência militar seria tão grande número de atavios e armas durante os assaltos, os combates, as emboscadas e as longas marchas. O traje completo seria possivelmente envergado apenas durante as grandes cerimónias nacionais e guerreiras. Note-se, na realidade, a impressão feita sobre Ayres d'Ornelas ⁽¹²⁸⁾, pelos 6000 guerreiros concentrados em Agosto de 1895, na capital real, durante as negociações com os emissários portugueses, guerreiros que «ostentavam toda a gala e a riqueza selvática do magnífico traje de guerra vátua».

*

Entre os Angunes a actividade militar encontrava-se estreitamente associada aos cantos e às danças, como meios de reforçar a disciplina, o entusiasmo guerreiro e, enfim, o espírito de unidade de combate. Os diferentes regimentos, nas ocasiões solenes e cerimónias nacionais rivalizavam entre si e criavam, frequentemente, hinos exclusivos.

O emprego de tambores era inteiramente banido nestas manifestações bélicas, mesmo entre os povos autóctones vangunizados. Como acontecia com os Angonis relativamente às danças dos Cheuas e Nhanjas, assim também os vangunes e vangunizados desprezavam as danças chopes em que predominavam os tambores.

A *guba* era a apresentação colectiva mais solene. Os guerreiros do regimento ou dos regimentos formavam em círculo, envergando os seus melhores atavios militares; empunhando no braço esquerdo o escudo e na mão direita apenas a moca. Pelo espaço que exigia é possível que, a exemplo dos Ndebele, o escudo de guerra fosse, nestas formações, substituído por um escudo de dança, mais pequeno e manejável. Limitavam-se a executar lentos e coordenados movimentos, marcando compasso com as

batidas dos pés no solo e, por vezes, das mocas nos escudos. A massa coral revestia-se de extrema imponência. Esta apresentação recebia também o nome de *mutchongole*. Entre os Makwakwas de Inhambane, era conhecida por *messongola* e nela participavam as mulheres, que formavam em frente dos guerreiros, acompanhando o coro e envergando os seus melhores panos e adornos de *missanga*.

A *guila* ou *guiya* (significando «moca» que nesta dança substituíra a azagaia que podia ferir) era a exibição individual dos guerreiros, sobretudo dos que se distinguiam pela sua coragem, astúcia e resistência. O bravo podia proferir pública e orgulhosamente louvores pessoais em que aludia aos seus mais notáveis feitos de armas. Mas tais louvores eram, de preferência, bradados pelos camaradas, enquanto ele dançava e urrava selvaticamente, a sós, no meio do círculo, simulando combater um inimigo imaginário. O encorajamento dado a cada guerreiro e o grande clamor geral dos presentes eram designados por *cuza* ou *cunzela*. Era nesta altura que, no auge da excitação, os mais insofridos podiam ridicularizar ou mesmo injuriar o chefe, acusando-o de poltrão e incitando-o a ganhar suficiente coragem para lhes ordenar que fossem matar o maior número possível de inimigos.

Contudo, a *guila* tinha as suas regras porque, quando os regimentos se encontravam reunidos, os guerreiros mais jovens e ainda ignorados não deviam dançá-la antes dos mais idosos. A violação deliberada desta regra equivalia a uma provocação dirigida ao guerreiro ou aos regimentos rivais e, como tal, estes podiam lançar desafios para duelo ou combate.

Falta-nos agora referir o grande hino heróico do exército, *uimeban*. Gomes da Costa ⁽³⁶⁾, impressionado com a sua grandiosidade, descreve-o deste modo :

«Ouvia-a cantar por cerca de seis mil homens uma tarde ao pôr-do-sol voltando dum combate; e na planície imensa que percorríamos, sob o céu dum azul opalino, diáfano, envolvidos pela atmosfera tranquila e serena, com os nervos ainda vibrando da excitação do combate, essa canção grave, magestosa e heróica, soou-me como um cântico de graças ao Altíssimo, como um hino sagrado. E essa impressão foi tal que jamais me esqueceu, e ainda hoje só a sua recordação me faz vibrar os nervos como nesse dia sagrado... É a maneira como está organizado o coro que torna magnífica esta canção. Numa reunião de impis, um grupo de vinte ou trinta homens a partir da direita começa a canção; um segundo grupo ataca a primeira nota quando

o primeiro grupo começa a terceira; o terceiro grupo começa quando a segunda termina a terceira e assim sucessivamente...

Uimeban, Uimeban
 Uime a panse come jab
 Uimeban

 áhô

 jue.»

O mesmo autor dá dela a seguinte tradução livre :

Em vão colimas! em vão trabalhas a terra!
 Nossas serão as colheitas quando passarmos com a guerra.
 A guerra triunfante!

Não menos entusiásticas são as palavras de Ayres d'Ornellas ⁽¹²⁸⁾ que o ouviu cantar durante as reuniões efectuadas na capital de Gungunhane, em Agosto de 1895, entre os emissários portugueses e o conselho formado pelos membros mais proeminentes da família real :

«Nada no mundo pode dar uma pálida ideia da magnificência do hino, da harmonia do canto, cujas notas graves e profundas vibradas com entusiasmo por 6000 bocas faziam-nos estremecer até ao íntimo. Que majestade, que energia naquela música, ora arrastada e lenta, quase moribunda, para ressurgir triunfante num frémito de ardor, numa explosão queimante de entusiasmo! E à medida que as mangas se iam afastando, as notas graves iam dominando, ainda por largo espaço, reboando pelas encostas e entre as matas do Manjacaze. Quem seria o compositor anónimo daquela maravilha? Que alma não teria quem soube meter em três ou quatro compassos, a guerra africana, com toda a acre rudeza da sua poesia? Ainda hoje nos «cortados ouvidos me ribomba» o eco do terrível canto de guerra vátua, que tantas vezes o esculca chope ouviu trânsito de terror, perdido por entre as brenhas destes matos...».

*

Provém-nos mais uma vez do Dr. Liengme ⁽⁹⁰⁾ uma informação segura mas muito superficial sobre o importante costume angune da apo-

sição da coroa de cera. Nos anos em que falecia o monarca não se realizava a grande cerimónia nacional da *nkuaya*. Mas, convocado o exército, recebia do sucessor indicação de quais os inimigos a atacar para «purificar as zagaias» e para lhe conseguir os bovinos que forneceriam os tendões necessários à confecção da sua coroa de cera negra, *chidlodlo*. Terminada esta, os guerreiros pertencentes à sua incorporação, *tanga*, no regimento, recebiam autorização para preparar igualmente as respectivas coroas de cera, não sem presentear o monarca. É possível que idêntico procedimento seguissem os governadores e os *tindunas* ⁽³⁶⁾. Segundo Junod, entre os Tsongas vangunizados a cerimónia pública da coroação, *qhelha*, era determinada pelo chefe, o qual designava os varões de idade madura que deveriam receber, em conjunto, essa distinção. Entre os Makwákwas do actual Distrito de Inhambane era reservada aos chefes de povoação e a outros dignitários ⁽²⁵⁾. A tal propósito merece também ser referida a informação prestada por Paiva Couceiro ⁽²⁷⁾ em 1895 sobre uma reunião que convocou em Magude: «eram 200 ou 300 homens, a maior parte deles *indunas de coroa*».

As coroas eram temporariamente removidas por morte da mulher principal ou durante o período que mediava entre a participação pública do falecimento do chefe e a investidura do competente sucessor. Também os povos autóctones do norte e do Save consideravam o direito à coroa de cera como uma invejada e proeminente distinção ⁽⁹²⁾.

*

Quais as razões que levaram esta máquina militar a opor tão frouxa resistência às tropas portuguesas e respectivas forças auxiliares?

A eficiência do exército dependia, naturalmente, do grau de preparação, da rapidez de mobilização, do sentido de disciplina e, enfim, da bravura e competência dos comandantes.

No Império de Gaza o facto da maioria dos guerreiros não ser de origem angune nem se encontrar inteiramente identificada com a privilegiada aristocracia angune, conduz, *a priori*, a considerar com reserva o nível de eficiência das respectivas forças armadas. Os relatos das testemunhas oculares e dos oficiais portugueses que participaram nas duas campanhas, não são de molde a contrariar esta impressão.

Que combatividade se poderia esperar desses milhares de guerreiros vandaus forçados, com suas famílias, a deixar a longínqua terra natal e a emigrar, no meio de inenarráveis privações e castigos, para uma região estranha onde se sentiam cercados por populações hostis?

É também relevante referir as opiniões expendidas acerca dos autóctones tsongas, em 1870, pelo Cap. F. Elton ⁽⁴⁵⁾. Embora parte destes tivessem assimilado os trajes, as armas e os rituais bélicos dos seus conquistadores, eram-lhes nitidamente inferiores em coragem, tanto na caça como na guerra. A sua combatividade era puramente ilusória e limitava-se a fanfarronadas e a representações teatrais durante excessivas libações e danças guerreiras. Depois de se alongar sobre os costumes dissolutos dos Tsongas, faz uma observação curiosa. Os Vangunes, na sua terra natal, além de mais regrados e disciplinados, eram inegavelmente mais agressivos. E essa agressividade devia-se ao facto de serem grandes consumidores de carne. Cita até que, certa vez, um puro angune que fazia parte da sua comitiva, depois de apontar com a lança para os galináceos que cacarejavam numa povoação visitada, disse com imenso desprezo: «Eis o gado dos Tsongas!».

As vitórias acumuladas sobre as tribos autóctones que ousavam enfrentar os estrangeiros em batalha campal deviam-se sobretudo à massa compacta de atacantes que permitia reunir o sistema introduzido pelos Vangunes, atacantes acicatados pela ânsia do saque e que eram submetidos a fortes sugestões mágicas de invencibilidade e, ainda, a danças e cantos colectivos que excitavam o seu furor bélico.

Por outro lado não pode deixar de causar surpresa o facto de nos combates de Coolela e Macontene se não haverem distinguido quaisquer forças formadas por puros descendentes dos vangunes. Ter-se-ia já iniciado um processo de degenerescência semelhante ao dos Ndebeles ⁽¹⁵⁹⁾ provocada pelos abusos de bebidas alcoólicas e estupefacientes, pelos excessos sexuais a que aludem os missionários Junod e Liengme, pelos comportamentos dos migrantes vangunes e seus acólitos.

Há conhecimento seguro do consumo imoderado de estupefacientes por parte dos migrantes vangunes e seus acólitos.

Chibambo, historiador dos Angonis do clã Maseko e informador de M. Read ⁽¹⁴³⁾ refere-se que, antes de se lançarem ao assalto, os guerreiros se sentavam para fumar e aspirar a «cannabis» a qual, segundo afirma, os «enlouquecia e lhes dava corações destemidos para enfrentar o inimigo».

Também T. M. Thomas ^(148A) que viveu onze anos entre os Ndebeles, tendo conhecido pessoalmente Mzilikazi e Lubengula, escreveu textualmente, sobre as consequências do hábito do consumo da «cannabis»:

«Este fumo tem os mais nocivos e degradantes efeitos sobre a mente e o corpo do fumador. A sua energia perde-se rapidamente, toda a sua estrutura é afectada, a mente fica

como que enevoada e embrutecida, e logo mesmo em jovem se torna de tal forma um escravo do seu cachimbo que em nada mais pensa do que cultivar e fumar a erva bravia.»

Em face do que nos esclarece Gomes da Costa ⁽³⁶⁾ sobre a difusão do hábito entre os varões de Gaza (onde a «cannabis» era e é conhecida por *mbhangui*, termo de evidente origem persa) ousamos levantar a suspeita de que este estupefaciente se transformou, juntamente com o álcool, num processo comum e artificial para endurecerem as suas consciências e adormecerem os seus receios mágico-religiosos todos aqueles que eram correntemente obrigados a praticar desumanos raptos, pilhagens, destruições, execuções e massacres — quantas vezes de crianças, mulheres e velhos inocentes.

Não teriam esses vícios dado a sua contribuição para a indiscutível degenerescência que se verificou?

Acresce que devido à falta de qualquer serviço de abastecimento eficientemente organizado, tornava-se praticamente impossível manter um grande exército em pé de guerra por períodos prolongados. O Dr. Liengme ⁽⁹⁰⁾ — testemunha ocular — refere-se à fome que grassava entre os 40 000 guerreiros que foram mobilizados em fins de 1894 e que até Outubro de 1895 se mantiveram em Mandlakazi. Os poucos bovinos abatidos destinavam-se, sobretudo, aos chefes. Os homens contentavam-se com gafanhotos apanhados, de madrugada, pelos *mufanas* e com a alimentação que as mulheres de sua família traziam de enormes distâncias. Quase metade dos mobilizados se encontravam temporariamente ausente buscando comida.

Por imprevidência ou por qualquer outro motivo este grande exército foi desmobilizado pouco antes do avanço da coluna do Coronel Galhardo e do combate de Coolela.

Os próprios comandantes dos regimentos nem sempre primavam pela obediência aos monarcas. Para já não aludir à formal recusa que a maioria dos grandes senhores vangunes opôs à ordem de Gungunhane para enviarem os seus regimentos contra a coluna do Coronel Galhardo, em Coolela, temos, pelos menos, notícia histórica de casos antigos em que dois *tindunas* foram condenados à morte por desobediência. Um deles ocorreu em 1860 com o *induna* nomeado por Mawewe para assumir o comando da força mandada auxiliar a coluna portuguesa que saiu de Inhambane para bater o régulo Maúnze, *induna* que facilitou a fuga do rebelde por este ser, ao que parece, casado com uma sua filha ⁽²⁵⁾. O outro sucedeu em 1880 com o *induna* Chaficar que não mobilizou o seu regi-

ento quando recebeu ordens de Muzila para participar na ofensiva mandada desencadear contra Manuel António de Sousa. Sabendo-o refugiado s terras da Coroa, o monarca exigiu ao governador de Inhambane entrega ou do próprio traidor ou de quarenta pessoas da sua família.

Podemos dizer que os conquistadores vangunes e vangunizados man-teram em submissão o seu império menos por grandes batalhas campais que por incursões súbditas e por ataques repentinos a populações inde-sas e inadvertidas. Esgueirando-se entre o mato a coberto da noite cer-vam silenciosamente as povoações e, de madrugada, lançavam-se de rpresa ao assalto, massacrando sem piedade os habitantes, com excepção s adolescentes e das mulheres mais jovens ⁽⁷⁶⁾.

Fossem ou não dotados de bravura, disciplina e sobriedade, os guer-ros pouco poderiam fazer em campo aberto contra a metralha de todos libres vomitada pelas bocas de fogo das modernas armas.

As tácticas de combate que seguiram os exércitos de todos os gru-s vangunes nas suas lutas contra os europeus, dão forte dose de razão casual observação feita por A. M. Cardoso em 1882 ⁽²⁸⁾:

«...desprezam as armas de fogo por acharem cobardia matar de longe e sem luta.»